

CÓPIA



Câmara Municipal da Serra
Gabinete do Vereador Anderson Muniz



EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA E DEMAIS EDIS;

O vereador que firma o presente vem, pelas prerrogativas garantidas na Lei Orgânica Municipal e com base no Regimento Interno, apresentar e submeter à deliberação desta Casa de Leis, o Projeto de Lei que segue:

PROJETO DE LEI Nº 237/2021

**ASSEGURA AOS CONTRIBUINTE
PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL O
DIREITO DE RECEBER O CARNÊ/BOLETOS DE
IPTU EM BRAILE.**

Art. 1º - Fica assegurado aos contribuintes portadores de deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, o carnê/boletos de pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano confeccionados no sistema convencional e em *braille*.

Parágrafo Único – Para recebimento do carnê/boletos de pagamento do IPTU confeccionados em braile, o portador de deficiência visual deverá efetuar a solicitação junto ao órgão competente, onde será feito o seu cadastramento.


Art. 2º - O cadastramento deverá ser realizado em até 6 (seis) meses que antecedem a emissão dos carnês de IPTU.

Art. 3º - Fica autorizado ao Poder Executivo a estabelecer que as despesas decorrentes com a presente Lei fiquem por conta das dotações consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 4º - É facultado ao Poder Executivo definir, através de Decreto, o órgão competente para proceder à fiscalização e imposições de que tratam esta Lei observada as peculiaridades de cada caso e legislação vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 28 de Junho de 2021.


ANDERSON MUNIZ
VEREADOR – PODEMOS
CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
Anderson Soares Muniz
Ver. Anderson Muniz - PODEMOS



O Sistema Braille é um modelo de lógica, de simplicidade e de polivalência, que se tem adaptado a todas as línguas e a toda espécie de grafias. Com a sua invenção, Luís Braille abriu aos cegos, de par em par, as portas da cultura, arrancando-os à cegueira mental em que viviam e rasgando-lhes horizontes novos na ordem social, moral e espiritual.

A presente Lei que ora apresento para apreciação dos nobres pares, com o objeto da matéria similar, foi discutida nas câmaras legislativas municipais e promulgada em cidades como: Recife (Pernambuco) por meio da Lei 17.991/2014 e em Estância Turística de Itu (São Paulo) através da Lei 1937/2017.

Ademais, o Estatuto da Pessoa com Deficiência dispõe no Art. 9º nos incisos III e V que:

III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;



Câmara Municipal da Serra
Gabinete do Vereador Anderson Muniz

V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;

Já o Artigo 53 do Estatuto da Pessoa com Deficiência versa para o seguinte:

“A acessibilidade é direito que garante a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e participação social”.

E por fim a Carta Magna, a Constituição Federal de 1988 assegura em seu Art. 5º caput, que:

“Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade (...)”

Neste sentido peço o apoio dos meus pares desta Casa de Leis para que possamos aprovar a presente proposição.